



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º DEPÓSITO DE SUPRIMENTO
(Estabelecimento de Subsistência Militar da 7ª RM /1941)
DEPÓSITO CAMPINA DO TABORDA
(Processo Administrativo nº 64453.006179/2025-20)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de pneus, câmaras de ar, baterias e óleos, em favor do 7º Depósito de Suprimento e Organizações Militares apoiadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pneu Veículo Automotivo Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência, Dimensões: 165/70 R13, Tipo: Sem Câmara, Modelo: Radial	246795	Und	30	R\$ 368,58	R\$ 11.057,40
2	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Poliéster Material Talão: Arame Aço Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade Tipo Estrutura: Carcaça Radial Características Adicionais: Certificação Inmetro Dimensões: 175/70 R 14 Tipo: Sem Câmara	630853	Und	90	R\$ 471,94	R\$ 42.474,60
3	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Poliéster, Material Talão: Arame Aço, Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência, Tipo Estrutura: Carcaça Radial, Características Adicionais: Sem Câmara, Dimensões: 185/65 R 15	275585	Und	70	R\$ 445,40	R\$ 31.178,00
4	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Poliéster, Material Talão: Arame Aço, Material Banda Rodagem: Borracha Flexível, Características Adicionais: Sem Câmara, Dimensões: 195/55 R15	308647	Und	40	R\$ 477,67	R\$ 19.106,80
5	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Náilon, Material Talão: Aço, Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência, Tipo Estrutura: Carcaça Radial, Características Adicionais: Sem Câmara, 12 Lonas, Dimensões: 215/75 R17.5	464151	Und	75	R\$ 1.235,33	R\$ 92.649,75
6	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Náilon, Material Talão: Arame Aço, Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência, Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade, Tipo Estrutura: Carcaça Radial, Características Adicionais: Sem Câmara, Dimensões: 225/70 R15	284023	Und	40	R\$ 669,17	R\$ 26.766,80
7	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Náilon, Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência, Tipo Estrutura: Carcaça Radial, Características Adicionais: Com Câmara, Dimensões: 225/75 R16	284023	Und	98	R\$ 891,33	R\$ 87.350,34
8	Pneu Veículo Automotivo Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência, Características	328154	Und	90	R\$ 797,00	R\$ 71.730,00

	Adicionais: Sem Câmara , Dimensões: 235/70 R16 , Tipo: Radial					
9	Pneu Veículo Automotivo Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Dimensões: 235/85 R16, Tipo: Sem Câmara , Modelo: Radial	296186	Und	135	R\$ 870,67	R\$ 117.540,45
10	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Náilon , Material Talão: Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Características Adicionais: Sem Câmara, 12 Lonas , Dimensões: 265/65 R17	429862	Und	40	R\$ 1.088,60	R\$ 43.544,00
11	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Poliéster Material Talão: Aço Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade Tipo Estrutura: Carcaça Radial Características Adicionais: Sem Câmara Dimensões: 265/70 R16	365686	Und	195	R\$ 981,21	R\$ 191.335,95
12	Pneu Veículo Automotivo Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade , Tipo Estrutura: Carcaça Diagonal , Dimensões: 10.00 X 20 , Tipo: Com Câmara , Modelo: Lameiro	302831	Und	451	R\$ 1.821,83	R\$ 821.645,33
13	Câmara Ar Pneu Material: Borracha , Tamanho: 10.00 R 20	244665	Und	360	R\$ 191,77	R\$ 69.037,20
14	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Poliéster , Poliéster Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Características Adicionais: Sem Câmara , Dimensões: 275/80 R22,5 , Modelo: Radial	308065	Und	120	R\$ 1.993,00	R\$ 239.160,00
15	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Poliéster , Poliéster Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Características Adicionais: Sem Câmara , Dimensões: 295/80 R22,5 , Modelo: Radial	308380	Und	143	R\$ 2.589,66	R\$ 370.321,38
16	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 60 AH CCA mínimo de 470A; POLO POSITIVO LADO DIREITO, GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 24 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.	419344	Und	100	R\$ 482,76	R\$ 48.276,00
17	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 60 AH, CCA mínimo de 470A; POLO POSITIVO LADO ESQUERDO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 24 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.	419344	Und	60	R\$ 454,94	R\$ 27.296,40
18	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 70 AH, CCA mínimo de 500 A; POLO POSITIVO LADO DIREITO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 24	430485	Und	173	R\$ 848,33	R\$ 146.761,09

	MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.					
19	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 70 AH, CCA mínimo de 500A; POLO POSITIVO LADO ESQUERDO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 24 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.	397978	Und	90	R\$ 739,59	R\$ 66.563,10
20	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 95 AH, CCA mínimo de 700A; POLO POSITIVO LADO DIREITO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 15 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.	430483	Und	90	R\$ 999,67	R\$ 89.970,30
21	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 100 AH, CCA mínimo de 760A; POLO POSITIVO LADO DIREITO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 15 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.	419343	Und	233	R\$ 1.007,00	R\$ 234.631,00
22	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 100 AH;; CCA mínimo de 750 A POLO POSITIVO LADO ESQUERDO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 15 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.	375924	Und	225	R\$ 952,85	R\$ 214.391,25
23	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 150 AH, CCA mínimo de 900 A POLO POSITIVO LADO DIREITO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 15 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.	397966	Und	233	R\$ 1.087,43	R\$ 253.371,19
24	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 150 AH, CCA mínimo de 900 A POLO POSITIVO LADO ESQUERDO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 15 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO.	327765	Und	150	R\$ 1.052,96	R\$ 157.944,00
25	ANTICORROSIVO/ADITIVO RADIADOR, Fluido sintético para uso em sistemas de arrefecimento de veículos automotivos . Composto à base de monoetileno glicol, com inibidores orgânicos e inorgânicos de corrosão. (1 Litro)	617826	Litro	1149	R\$ 29,75	R\$ 34.182,75
26	ARLA 32 solução (Agente Redutor Líquido Automotivo), para veículos movidos a diesel; Norma Técnica ABNT NBR ISO 22241	438910	Galão 20 L	310	R\$ 121,00	R\$ 37.510,00
27	FLUÍDO PARA APLICAÇÃO ESPECÍFICA: DIREÇÃO HIDRÁULICA, ATF DEXRON II (1 Litro)	477125	Frasco 1 L	470	R\$ 29,47	R\$ 13.850,90

28	FLUÍDO PARA APLICAÇÃO ESPECÍFICA: DIREÇÃO HIDRÁULICA / TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, ATF DEXRON III (1 Litro)	246500	Frasco 1 L	565	R\$ 29,11	R\$ 16.447,15
29	Desengripante Composição: Aditivos Inibidores Corrosão E Oxidação, Tensoativo, Apresentação: Spray, Finalidade: Eliminar Ferrugem / Repelir Umidade / mLubrificante, Aplicação: Lubrificante E Anticorrosivo, Características Adicionais: Sem Cfc Na Composição	262680	Frasco 300 MI	953	R\$ 17,34	R\$ 16.525,02
30	Fluido Hidráulico Mineral p/ Sistema de Recuo de Canhões - Referencia: superior ou similar ao Aeroshell Fluid 41, deve atender a especificação MIL-PRF-5606J. (Galão 3,78 Litros)	395540	Unidade	40	R\$ 413,44	R\$ 16.537,60
31	FLUIDO ÓLEO HIDRÁULICO, Óleo lubrificante SAE 40 API CF , mineral monovisco para uso em caixas de mudanças dos motores diesel. (Litro)	481558	Frasco 1 L	225	R\$ 38,08	R\$ 8.568,00
32	GRAXA, Graxa Aplicação múltipla - GAM (NLGI 2 BASE SABÃO CÁLCIO). (20 Kg)	602739	Balde 20 Kg	40	R\$ 458,00	R\$ 18.320,00
33	GRAXA, Graxa lubrificante à base de sabão complexo de lítio, para múltiplas aplicações industriais e automotivas, grau NLGI 2 (20 kg)	473648	Balde 20 Kg	130	R\$ 585,67	R\$ 76.137,10
34	LUBRIFICANTE MINERAL , óleo lubrificante automotivo, Óleo lubrificante SAE 5W-30 multivisco , 100% sintético para modernos motores a gasolina, etanol, flex e GNV que exijam lubrificantes com níveis de desempenho API SN (1 Litro)	461563	Frasco 1 L	540	R\$ 33,21	R\$ 17.933,40
35	LUBRIFICANTE MINERAL , óleo lubrificante automotivo, Óleo lubrificante SAE 5W/40 multivisco 100% sintético para uso em amplas faixas de temperaturas, que atenda ao nível de desempenho API SN. (1 Litro)	461564	Frasco 1 L	190	R\$ 36,45	R\$ 6.925,50
36	Fluido De Sistema De Freio Aplicação: Veículo Automotivo , Característica Adicionais: Dot 3	273222	Frasco 500 ML	165	R\$ 27,95	R\$ 4.611,75
37	Fluido De Sistema De Freio Aplicação: Veículo Automotivo , Característica Adicionais: Dot 4	263657	Frasco 500 ML	760	R\$ 41,97	R\$ 31.897,20
38	Fluido De Sistema De Freio Aplicação: Veículo Automotivo , Característica Adicionais: Dot 5	262551	Frasco 500 ML	375	R\$ 46,71	R\$ 17.516,25
39	LUBRIFICANTE MINERAL, óleo lubrificante. Origem: mineral, viscosidade: SAE 15W40, uso: motor a gasolina (1 Litro)	470287	Frasco 1 L	364	R\$ 38,66	R\$ 14.072,24
40	ÓLEO HIDRÁULICO, óleo lubrificante mineral multivisco para uso em engrenagens hipóides, SAE 80W90, aprovado no nível de desempenho APIGL-5.GL 5 SAE 80W90 (20 Litros)	473132	Galão 20 L	80	R\$ 576,52	R\$ 46.121,60
41	ÓLEO HIDRÁULICO, óleo lubrificante mineral multivisco para uso em engrenagens hipóides, SAE 85W90, aprovado no nível de desempenho API GL-5.GL 5 SAE 85W90 (20 L)	616673	Galão 20 L	124	R\$ 580,93	R\$ 72.035,32
42	Óleo Lubrificante Uso: Automotivo , Tipo: Mineral, Classificação: Api GI-5, Viscosidade: Sae 85w-140	473133	Galão 20 L	50	R\$ 655,82	R\$ 32.791,00
43	ÓLEO HIDRÁULICO, Óleo lubrificante SAE 50 API CF , mineral monovisco para uso em caixas de mudanças dos motores diesel. (20 Litros)	470288	Galão 20 L	90	R\$ 698,53	R\$ 62.867,70
44	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, composição base mineral, tipo SAE 15W/40, nível desempenho API CI-4, Aplicação Motor Diesel (20 Litros)	471969	Galão 20 L	484	R\$ 379,09	R\$ 183.479,56
45	ÓLEO LUBRIFICANTE, Tipo Semi-sintético, Viscosidade SAE 10W-30 (1 Litro)	485814	Frasco 1 L	475	R\$ 37,07	R\$ 17.608,25
46	ÓLEO LUBRIFICANTE, uso automotivo, tipo semissintético, classificação API SN, viscosidade	471192	Frasco 1 L	330	R\$ 45,55	R\$ 15.031,50

	SAE 10W- 40. (1 Litro)					
47	ÓLEO LUBRIFICANTE, óleo lubrificante automotivo, óleo para engrenagens hipóides SAE 90 API GL 4. (Litro)	467489	Frasco 1 L	571	R\$ 22,30	R\$ 12.733,30
48	ONLA (Óleo Neutro p/ Limpeza de Armamento) especificação MIL -C-372B - Referência: similar ou superior ao LUBRAX PA15 Especificação Técnica NEB E-178 M1	450808	Galão 20 L	80	R\$ 840,00	R\$ 67.200,00
49	QUEROSENE, USO LIMPEZA, DESENGRAXANTE, SOLVENTE, TIPO COMUM	478331	Frasco 1 L	1190	R\$ 22,34	R\$ 26.584,60
50	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Náilon , Material Talão: Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Características Adicionais: Sem Câmara, 12 Lonas , Dimensões: 215/75 R17.5. COTA RESERVADA DO ITEM 05 PARA ME-EPP ATÉ 25%.	464151	Und	25	R\$ 1.235,33	R\$ 30.883,25
51	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Náilon , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Características Adicionais: Com Câmara , Dimensões: 225/75 R16 COTA RESERVADA DO ITEM 07 PARA ME-EPP ATÉ 25%.	284023	Und	32	R\$ 891,33	R\$ 28.522,56
52	Pneu Veículo Automotivo Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Dimensões: 235/85 R16, Tipo: Sem Câmara , Modelo: Radial COTA RESERVADA DO ITEM 09 PARA ME-EPP ATÉ 25%.	296186	Und	44	R\$ 870,67	R\$ 38.309,48
53	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Poliéster Material Talão: Aço Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade Tipo Estrutura: Carcaça Radial Características Adicionais: Sem Câmara Dimensões: 265/70 R16. COTA RESERVADA DO ITEM 11 PARA ME-EPP ATÉ 25%.	365686	Und	65	R\$ 981,21	R\$ 63.778,65
54	Pneu Veículo Automotivo Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade , Tipo Estrutura: Carcaça Diagonal , Dimensões: 10.00 X 20 , Tipo: Com Câmara , Modelo: Lameiro. COTA RESERVADA DO ITEM 12 PARA ME-EPP ATÉ 25%.	302831	Und	150	R\$ 1.821,83	R\$ 273.274,50
55	Câmara Ar Pneu Material: Borracha , Tamanho: 10.00 R 20. COTA RESERVADA DO ITEM 13 PARA ME-EPP ATÉ 25%.	244665	Und	120	R\$ 191,77	R\$ 23.012,40
56	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Poliéster , Poliéster Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Características Adicionais: Sem Câmara , Dimensões: 275/80 R22,5 , Modelo: Radial COTA RESERVADA DO ITEM 14 PARA ME-EPP ATÉ 25%.	308065	Und	40	R\$ 1.993,00	R\$ 79.720,00
57	Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Poliéster , Poliéster Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Características Adicionais: Sem Câmara , Dimensões: 295/80 R22,5 , Modelo: Radial COTA RESERVADA DO ITEM 15 PARA ME-EPP ATÉ 25%.	308380	Und	47	R\$ 2.589,66	R\$ 121.714,02

58	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 70 AH, CCA mínimo de 500 A; POLO POSITIVO LADO DIREITO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 24 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO. COTA RESERVADA DO ITEM 18 PARA ME-EPP ATÉ 25%.	430485	Und	57	R\$ 848,33	R\$ 48.354,81
59	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 70 AH, CCA mínimo de 500A; POLO POSITIVO LADO ESQUERDO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 24 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO. COTA RESERVADA DO ITEM 19 PARA ME-EPP ATÉ 25%	397978	Und	30	R\$ 739,59	R\$ 22.187,70
60	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 95 AH, CCA mínimo de 700A; POLO POSITIVO LADO DIREITO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 15 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO. COTA RESERVADA DO ITEM 20 PARA ME-EPP ATÉ 25%	430483	Und	30	R\$ 999,67	R\$ 29.990,10
61	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 100 AH, CCA mínimo de 760A; POLO POSITIVO LADO DIREITO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 15 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO. COTA RESERVADA DO ITEM 21 PARA ME-EPP ATÉ 25%	419343	Und	77	R\$ 1.007,00	R\$ 77.539,00
62	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 100 AH;; CCA mínimo de 750 A POLO POSITIVO LADO ESQUERDO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 15 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO. COTA RESERVADA DO ITEM 22 PARA ME-EPP ATÉ 25%	375924	Und	75	R\$ 952,85	R\$ 71.463,75
63	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 150 AH, CCA mínimo de 900 A POLO POSITIVO LADO DIREITO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 15 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO. COTA RESERVADA DO ITEM 23 PARA ME-EPP ATÉ 25%	397966	Und	77	R\$ 1.087,43	R\$ 83.732,11
64	BATERIA AUTOMOTIVA, TIPO: SELADA, SISTEMA ELETROQUÍMICO: CHUMBO-ÁCIDO, TENSÃO	327765	Und	50	R\$ 1.052,96	R\$ 52.648,00

	NOMINAL: 12V, CAPACIDADE NOMINAL: 150 AH, CCA mínimo de 900 A POLO POSITIVO LADO ESQUERDO. GARANTIA MINIMA PELO FABRICANTE DE 15 MESES. MARCAS DE REFERENCIA: SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MOURA, CRAL TOP ARMY E ACDELCO. COTA RESERVADA DO ITEM 24 PARA ME-EPP ATÉ 25%					
65	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, composição base mineral, tipo SAE 15W/40, nível desempenho API CI-4, Aplicação Motor Diesel (20 Litros) COTA RESERVADA DO ITEM 44 PARA ME-EPP ATÉ 25%	471969	Galão 20 L	161	R\$ 379,09	R\$ 61.033,49
Valor total estimado da aquisição:						R\$ 5.447.753,84

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos ambientais, fundamentados nos parâmetros técnicos da edição vigente do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU:

4.1.1 Só será admitida a oferta de óleo lubrificante que esteja previamente registrado na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em estrito cumprimento às normas regulamentares vigentes emitidas pela agência;

4.1.2 Só será admitida a oferta de óleo lubrificante cujo fabricante ou importador esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade específica;

4.1.3 O óleo lubrificante ofertado deve possuir rótulo com informações claras em língua portuguesa, assegurando ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as

características, os níveis de desempenho e a aplicação do produto, nos termos exigidos pelas resoluções normativas da ANP;

4.1.4 Não será aceita a oferta de produtos lubrificantes que se enquadrem nas vedações de comercialização vigentes estabelecidas pela ANP;

4.1.5 Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, comprovados por laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, conforme as diretrizes normativas do IBAMA.

4.1.6 Só será admitida a oferta de bateria chumbo-ácido (componente automotivo) que possua o Selo de Identificação da Conformidade compulsória, nos termos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC) vigentes aprovados pelo INMETRO.

4.1.7 Só será admitida a oferta de pneu que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) “A”, “B”, “C” ou “D”, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021;

4.1.8 Para os itens de pneus cuja atividade de fabricação, industrialização ou importação exija o controle ambiental, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante ou importador comprove regularidade perante o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), em observância ao art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e normativas vigentes do IBAMA;

4.1.9 Os pneus ofertados deverão ser novos (sem uso anterior, não remoldados, não recauchutados e não reformados), devendo atender integralmente aos padrões mínimos de qualidade, desempenho e segurança estabelecidos pelas normas técnicas da ABNT aplicáveis ao produto.

4.1.10 Fica dispensada a exigência de estruturação de Logística Reversa por parte da contratada para os itens desta aquisição, tendo em vista que, no âmbito da 7ª Região Militar, o Parque Regional de Manutenção/7 atua como unidade centralizadora responsável pelo recolhimento, armazenamento temporário e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação só será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, de acordo com as especificações técnicas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.5. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.5.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.5.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.6. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto nº 11.890/2024,, conforme disposto na Resolução Seges/Cics/MGI 1/2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (10) dez dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: 7º Depósito de Suprimento, Rua General Estilac Leal, 439 – Cabanga – Recife/PE, CEP: 50.090-450.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação NÃO permite a antecipação parcial/total, conforme as regras previstas no presente tópico.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/05/2026.
- 8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será não-contínuo e parcelado. O parcelamento justifica-se para otimizar o estoque do órgão, evitar a obsolescência dos materiais e alinhar as entregas sob demanda às reais necessidades da Administração.

Exigências de habilitação

- 9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato

social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

9.33.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.33.2 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente,

por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.3 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.33.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços e, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 5.447.753,84 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e oitenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na **[tabela contida no item 1.1 acima]**.

10.2. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.2.1 *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.2.2 *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.2.3 *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ANTONIO FERNANDO **GOUVEIA** DA SILVA - 1º Ten
Equipe de Planejamento da Contratação

VINÍCIUS CAUÃ DE **SOUZA ALMEIDA** – 2º Ten
Equipe de Planejamento da Contratação

RODRIGO DA SILVA FEITOZA – 2º Sgt
Equipe de Planejamento da Contratação

Aprovo o presente Termo de Referência, com base na Lei 14.133/21, em face de contratação de bens para atender as necessidades do 7º Depósito de Suprimento.

ANTÔNIO CARLOS MELO **COELHO** – Cel
Ordenador de Despesas do 7º D Sup

ANEXO I
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)